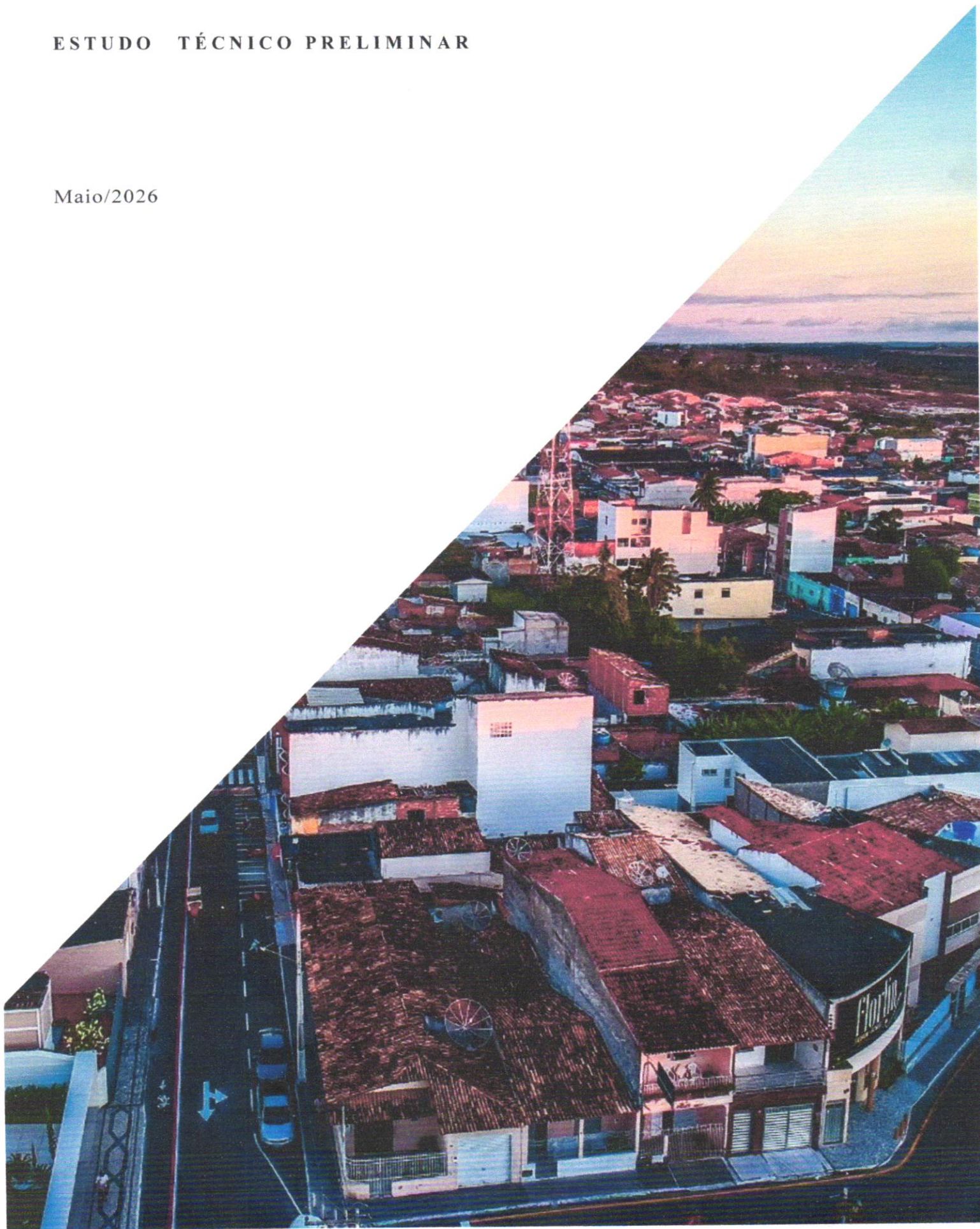




ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Maio/2026



ETP - ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**01 – Introdução**

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) é instrumento obrigatório na fase de planejamento das contratações públicas, nos termos do art. 18 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Tem por finalidade demonstrar a viabilidade técnica e econômica da contratação, identificar a melhor solução para atendimento da necessidade administrativa e fundamentar os critérios e requisitos que serão exigidos no processo licitatório.

O presente ETP fundamenta a contratação de empresa especializada para execução dos serviços remanescentes da obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Povoado Alto, município de Itabaianinha/SE, cujo contrato originário foi encerrado sem a conclusão total do objeto. A retomada da obra é essencial para evitar a deterioração da estrutura já executada, o desperdício de recursos públicos anteriormente investidos e para garantir a continuidade dos serviços de atenção primária à saúde para a população local.

A garantia do acesso à saúde tem previsão constitucional no art. 196 da CF/88 e é regulamentada pela Lei nº 8.080/1990 (Lei do Sistema Único de Saúde). A conclusão da UBS é iniciativa alinhada com esses princípios, proporcionando acesso a cuidados médicos de forma próxima e contínua à população do Povoado Alto e comunidades adjacentes.

1.1 Área Requisitante

A presente demanda é solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde de Itabaianinha/SE.

Responsável: Williams Severo dos Santos.

02 - Descrição da Necessidade

A presente demanda visa à contratação de empresa especializada para execução dos serviços remanescentes da obra de construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) do Povoado Alto, garantindo a continuidade e conclusão da obra pública, evitando a deterioração da estrutura já executada e o desperdício de recursos públicos anteriormente investidos.

Atualmente, os moradores do Povoado Alto e adjacências necessitam deslocar-se até a sede do município para acesso a atendimentos médicos, odontológicos e demais serviços ofertados pela atenção primária. Com a

finalização da unidade, haverá melhoria significativa na cobertura assistencial, ampliação do acesso aos serviços de saúde e redução das desigualdades, especialmente para populações residentes em áreas rurais e de maior vulnerabilidade.

Além disso, a nova estrutura permitirá maior integração entre equipes multiprofissionais e a adoção de soluções modernas, como a telessaúde, fortalecendo a rede municipal de saúde e proporcionando respostas mais ágeis e eficientes às demandas da população.

03 - Descrição de Contratação

Os requisitos para a retomada de obra remanescente de Unidade Básica de Saúde devem atender as seguintes normas e critérios:

3.1 Sustentabilidade em obras de engenharia

- Adesão ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis;
- Alinhamento com o Plano de Gestão e Logística Sustentável do órgão;
- Alinhamento com a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/1981);
- Alinhamento com a Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009);
- Alinhamento com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

3.2 Especificações técnicas de sustentabilidade

- Ventilação e iluminação naturais — design que maximiza a luz natural e promove ventilação adequada;
- Materiais de baixo impacto ambiental — seleção de materiais sustentáveis certificados;
- Gerenciamento de resíduos — planos para redução, reutilização e reciclagem de resíduos de construção;
- Redução da poluição — práticas para minimizar a poluição durante construção e operação.

3.3 Indicação de marcas ou modelos (Inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133, de 2021)

O orçamento da obra, elaborado com base nas tabelas SINAPI e ORSE, especifica determinadas marcas e modelos de materiais de acabamento — revestimentos cerâmicos, louças sanitárias, metais e equipamentos — cuja indicação se justifica pela necessidade de garantir compatibilidade técnica com o projeto arquitetônico já aprovado, com as instalações parcialmente executadas e com os requisitos da RDC ANVISA nº 50/2002 para estabelecimentos assistenciais de saúde. A indicação está fundamentada no inciso I do art. 41 da Lei nº 14.133/2021, sendo admitida a substituição por similar mediante comprovação de equivalência técnica e aprovação expressa da fiscalização.

3.6 Da Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A vedação se justifica pela natureza da obra remanescente, que exige continuidade técnica e responsabilidade única sobre a integração entre os serviços já executados e os serviços a executar. A fragmentação da responsabilidade técnica entre subcontratados e contratado principal apresenta risco técnico elevado em obra de estabelecimento de saúde, cujos sistemas — elétrico, hidrossanitário e de acabamentos — são interdependentes e sujeitos a normas sanitárias específicas.

3.7 Da Garantia da Contratação

Será exigida a garantia da contratação nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, correspondente a 2% (dois por cento) do valor total da contratação, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual. O contratado poderá optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização.

Tratando-se de obra de engenharia, será exigida garantia adicional do fornecedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, conforme §1º do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

3.8 Vistoria

A avaliação prévia do local de execução é imprescindível, dado que a obra encontra-se em situação de retomada. É obrigatória a realização de vistoria técnica por equipe competente, visando identificar eventuais áreas de demolição, adaptação ou recuperação da estrutura já existente.

3.9 Padrões Mínimos de Qualidade

Os materiais a serem aplicados devem estar de acordo com as determinações dos projetos, memoriais descritivos e especificações técnicas constantes dos anexos. Deverão ser de primeira qualidade, isentos de quaisquer defeitos de fabricação, transporte ou manuseio inadequados, produzidos de modo a atender integralmente as especificações da ABNT e as normas sanitárias pertinentes a estabelecimentos assistenciais de saúde.

4.0 Levantamento de Mercado

4.1 – Solução estrutural

Para a execução dos serviços remanescentes, considerando a estrutura já parcialmente executada em concreto armado convencional, a solução de continuidade é a manutenção do sistema construtivo original — concreto armado com alvenaria de blocos cerâmicos — por razões de compatibilidade técnica, disponibilidade de mão de obra qualificada na região e custo-benefício comprovado em obras similares executadas pelo município.

4.2 Esquadrias

Adota-se a solução em alumínio e vidro, compatível com o projeto original aprovado, pela longevidade, resistência à corrosão e facilidade de manutenção em ambiente de estabelecimento de saúde.

4.2.1 Revestimento

Adota-se a solução combinada de pintura e revestimento cerâmico, conforme especificado no projeto arquitetônico aprovado e na planilha orçamentária. O revestimento cerâmico é obrigatório em ambientes que exigem impermeabilização e higienização frequente, conforme RDC ANVISA nº 50/2002.

4.2.2 – Complexidade Técnica da Obra

A obra de retomada da UBS do Povoado Alto é classificada como obra comum de engenharia, nos termos da alínea 'a' do inciso XXI do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, em razão da ampla disponibilidade de empresas qualificadas para sua execução no mercado regional e da utilização de métodos construtivos e materiais amplamente conhecidos na construção civil. Essa classificação não implica ausência de requisitos técnicos relevantes, mas sim que esses requisitos são atendíveis por diversas empresas do setor.

Do ponto de vista técnico, a obra envolve especialidades que demandam experiência específica em edificações de uso em saúde, incluindo:

- Revestimentos cerâmicos com argamassa industrializada e rejuntamento compatível com normas sanitárias (RDC ANVISA nº 50/2002);
- Pisos com acabamento de alta resistência e polimento, adequados a estabelecimento assistencial de saúde;
- Instalações elétricas com Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas (SPDA), rede de lógica e telefonia;
- Sistema de esgotamento sanitário com fossa séptica e sumidouro dimensionados conforme ABNT NBR 7229 para estabelecimento de saúde;
- Instalações de gases medicinais (tubulação em cobre rígido DN 15mm, classe A);
- Conformidade com a RDC ANVISA nº 50/2002 para o planejamento físico de estabelecimentos assistenciais de saúde.

4.2.3 – Justificativa para qualificação técnico-operacional e técnico-profissional

Para fins de qualificação técnico-operacional e técnico-profissional, os serviços foram identificados considerando dois critérios previstos no §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021: o critério de valor significativo — parcelas com valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado — e o critério de maior relevância técnica, que admite a identificação de especialidades executivas pela sua pertinência ao objeto, independentemente de percentual individual.

Foram selecionados dois serviços representativos, com as seguintes justificativas:

O primeiro é a execução de pavimento em piso intertravado pisograma 35×15 cm, espessura 6 cm (92391/SINAPI), que corresponde a 4,07% do valor total orçado (R\$ 27.556,79). Trata-se do único serviço civil que atinge individualmente o limiar de valor significativo de 4% previsto no §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, excluída a mão de obra de gestão. Sua inclusão como critério de qualificação atende literalmente ao dispositivo legal sem necessidade de interpretação complementar.

O segundo é o revestimento cerâmico de paredes em edificação, composto pelos itens 00015/FMS, 14116/ORSE e 104613/SINAPI, que somados correspondem a 7,23% do valor total orçado (R\$ 59.029,19) e totalizam 615,60 m². Trata-se de especialidade executiva unitária e indivisível — aplicação de revestimento cerâmico em paredes internas com argamassa industrializada e rejuntamento — variando apenas em especificação cromática e dimensional conforme o ambiente projetado, sem constituírem serviços técnicos distintos. O conjunto foi identificado como parcela de maior relevância técnica para edificação de saúde, critério qualitativo previsto no mesmo §1º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, que não exige que a parcela atenda simultaneamente aos critérios de relevância e valor, cabendo à Administração avaliar, em cada caso específico, quais exigências são proporcionais à dimensão e complexidade do objeto. Quando considerada a especialidade como um todo, o percentual de 7,23% supera o limiar de 4%, conferindo respaldo também pelo critério quantitativo.

Os dois critérios são complementares e não redundantes: o piso intertravado comprova experiência em serviço de pavimentação externa com atendimento ao limiar de valor significativo previsto em lei; o revestimento cerâmico comprova experiência em especialidade de acabamento interno em edificação de saúde, pertinente aos requisitos da RDC ANVISA nº 50/2002. A cumulatividade é proporcional e não restritiva, uma vez que qualquer empresa com experiência real em construção ou reforma de edificação de uso coletivo naturalmente reúne os dois atestados.

A exigência de quantitativos mínimos de 50% de cada serviço — 156,84 m² de piso intertravado e 307,80 m² de revestimento cerâmico de paredes — observa o limite máximo previsto no §2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021. É admitida a comprovação mediante somatório de atestados de contratos distintos, nos termos do Acórdão TCU nº 2.291/2021-Plenário, sem limitação ao número de contratos apresentados.

5 - Enquadramento do Objeto

5.1 – Enquadramento como bem de luxo (art. 20 da Lei nº 14.133/2021)

O objeto em questão trata-se de serviços de obras e engenharia, classificados como investimentos e não como bem de consumo. Esses serviços são considerados ativos duráveis com vida útil estendida e essenciais para a entrega de serviços públicos. O teor do Decreto nº 10.818/2021 não se aplica ao presente objeto, que tampouco apresenta características de ostentação ou requinte.

5.2 – Participação em consórcio

Não será permitida a participação em consórcio, nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021. A decisão fundamenta-se na avaliação de que o objeto não apresenta escala ou complexidade que justifiquem a atuação conjunta de empresas, sendo o mercado regional capaz de suprir a demanda com empresas individuais qualificadas. A restrição visa preservar a isonomia e assegurar processo licitatório mais competitivo.

06 - Descrição da Solução Como um Todo

A retomada da construção da UBS do Povoado Alto adota a continuidade do sistema construtivo original: estrutura em concreto armado com alvenaria de vedação em blocos cerâmicos, esquadrias em alumínio e vidro, revestimentos conforme projeto aprovado e instalações prediais conforme normas técnicas vigentes.

A solução visa atender às propostas no âmbito da saúde pública da comunidade, garantindo sustentabilidade das estruturas, através da utilização de materiais e tecnologias adequados e da adoção de medidas para minimizar os impactos ambientais, em conformidade com a RDC ANVISA nº 50/2002.

07 - Estimativa das Quantidades

A obra contempla a retomada e conclusão da construção da Unidade Básica de Saúde do Povoado Alto, conforme planilha orçamentária detalhada elaborada com base nas tabelas SINAPI (referência Janeiro/2026) e ORSE, que constitui Anexo II deste ETP e do Termo de Referência, sendo documento vinculante da contratação.

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
31903	Remanescente da obra de construção da UBS do Povoado Alto, conforme planilha orçamentária detalhada — Anexo II	SV	01

A planilha orçamentária detalhada (Anexo II) discrimina 180 itens de serviços remanescentes, com quantitativos, composições unitárias SINAPI/ORSE e BDI explícito, totalizando R\$ 835.492,28, conforme Curva ABC de Serviços do Empreendimento (Cód. 00017, ref. Janeiro/2026), assinada pelo Engenheiro Civil José Domingos Santos Nascimento, CREA/SE 2720291820.

08 - Estimativa do Valor da Contratação

O valor estimado da contratação é de R\$ 835.492,28 (oitocentos e trinta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e vinte e oito centavos), apurado por meio de planilha orçamentária detalhada elaborada com composições de custos unitários das tabelas SINAPI (ref. Janeiro/2026) e ORSE, método que atende ao inciso I do §1º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021 por ser baseado em tabelas de referência formalmente aprovadas pelo Poder Executivo federal e pelo Estado de Sergipe.

Complementarmente, foi realizada pesquisa de contratações similares no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), cujos resultados são apresentados no Anexo I. Ressalta-se que as referências identificadas dizem respeito a construções integrais de UBS Tipo I — e não a obras remanescentes — razão pela qual os valores apresentados (R\$ 1,7 a 2,2 milhões) são superiores ao estimado para a presente contratação, que se refere exclusivamente aos serviços ainda não executados. O valor de R\$ 835.492,28 é tecnicamente coerente com o estágio de execução da obra e com a composição orçamentária dos serviços remanescentes, conforme demonstrado na Curva ABC de Serviços (Anexo III).

09- Justificativa para não Parcelamento

A intervenção proposta visa a conclusão integral da Unidade Básica de Saúde, incluindo todas as instalações e a infraestrutura necessárias para garantir seu funcionamento adequado. As etapas do projeto remanescente são interconectadas e não podem ser tratadas de maneira independente. O parcelamento comprometeria a integridade e a eficácia do projeto, especialmente considerando a interdependência entre os sistemas elétrico, hidrossanitário e de acabamentos, todos sujeitos a normas sanitárias que exigem responsabilidade técnica unificada.

10- Contratações Correlatas e Interdependentes

Não se faz necessária a realização de contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade da presente contratação. A empresa especializada contratada deterá todos os profissionais e recursos necessários à execução integral do objeto..

11- Alinhamento com o Plano de Contratações Anual

A contratação pretendida está prevista no Plano de Contratações Anual 2026 do Município de Itabaianinha, estando alinhada com o planejamento desta Administração.

12- Demonstração dos Resultados Pretendidos

Com a conclusão da Unidade Básica de Saúde do Povoado Alto, o município ampliará os serviços de saúde prestados à população, garantindo universalidade, equidade e acesso a uma saúde digna. Os resultados esperados são:

- Atendimento às demandas de saúde da população do Povoado Alto e comunidades adjacentes;
- Melhoria contínua dos serviços de atenção primária à saúde, incluindo saúde da família e serviços odontológicos;

- Redução das filas nos postos de saúde da sede municipal;
- Alcance das políticas públicas de saúde previstas na Lei nº 8.080/1990;
- Proporcionar qualidade de vida à população com acesso a cuidados médicos próximos e contínuos.

13 - Providências Prévias ao Contrato

Antes da formalização do contrato, nos termos do Decreto nº 11.246/2022, deverão ser providenciadas:

- Designação formal do gestor e dos fiscais técnico e administrativo do contrato, com cientificação das respectivas atribuições;
- Realização de vistoria técnica no local da obra, com elaboração de laudo técnico pelo engenheiro responsável;
- Disponibilização do projeto executivo completo, planilha orçamentária detalhada, cronograma físico-financeiro e demais anexos no sistema eletrônico da licitação.

14. Impactos Ambientais

Os critérios de sustentabilidade ambiental devem ser atendidos pelo licitante, no que couber. Para tanto, recomenda-se a observância das seguintes normas:

- Guia Nacional de Contratações Sustentáveis — GNCS;
- Lei nº 12.305/2010 — Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Resolução CONAMA nº 307/2002 — Gestão de resíduos da construção civil;
- Legislação ambiental estadual de Sergipe aplicável à construção civil.

As medidas ambientais a serem adotadas incluem: utilização de materiais com certificação ambiental; redução de desperdícios com implementação de práticas de gerenciamento de resíduos; e conformidade com todas as regulamentações ambientais vigentes.


14. Viabilidade da Contratação

Após realizadas as devidas análises técnicas, conclui-se pela plena viabilidade da contratação. A retomada da obra da UBS do Povoado Alto é medida imprescindível para evitar o desperdício de recursos públicos já investidos, garantir a integridade da estrutura executada e proporcionar à população o acesso a serviços essenciais de atenção primária à saúde.

A contratação está fundamentada na Lei nº 14.133/2021, observa os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e interesse público.

Itabaianinha/Se 11 de maio de 2026.


MARCOS PEREIRA XAVIER
 Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar


ROBERTO CARLOS DE SANTANA JUNIOR
 Responsável pela Elaboração do Estudo Técnico Preliminar
 Engenheiro Civil



ANEXO I**VALOR ESTIMADO DA OBRA**

Portal Nacional de Contratações Públicas *Buscar no PNCP* [Entrar](#)

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R\$ 2.296.455,60

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA VISANDO UNIDADE CONSTRUÇÃO DA UBS TIPO I CONFORME PROPOSTA Nº 119613670001/24-002 NOVO PAC	1	R\$ 2.296.455,60	R\$ 2.296.455,60	@

MUNICÍPIO DE JOAQUIM GOMES. Concorrência Eletrônica nº **12262739000150-1-000015/2025**, destinada à construção da Unidade Básica de Saúde (UBS) Tipo I no município de Joaquim Gomes/AL. Modalidade de contratação: Concorrência Eletrônica. Modo de disputa: Aberto-Fechado. Tipo: Edital. Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, II. Não se trata de registro de preço. Data de divulgação no PNCP: 28/03/2025. Início do recebimento das propostas: 28/03/2025 às 15:00 (horário de Brasília). Término do recebimento das propostas: 11/04/2025 às 09:45 (horário de Brasília). Situação: Divulgada no PNCP. Fonte: Bolsa Nacional de Compras - BNC. Unidade compradora: Prefeitura Municipal de Joaquim Gomes. Acesso em 03 de abril de 2025.

Portal Nacional de Contratações Públicas *Buscar no PNCP* [Entrar](#)

CONFORME CLAUSULA 2 DO EDITAL

Objeto
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UBS TIPO I CONFORME PROPOSTA Nº 117044470001/24-002 NOVO PAC NO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA - GO CONFORME DESCRITO NO PROJETO DE ENGENHARIA, PLANILHA ORÇAMENTARIA E MEMORIAL DESCRITIVO QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA
R\$ 1.784.310,00

Itens Arquivos Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA A EXECUÇÃO DE OBRA VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UBS TIPO I CONFORME PROPOSTA Nº 117044470001/24-002 NOVO PAC	1	R\$ 1.784.310,00	R\$ 1.784.310,00	@

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Concorrência Presencial nº **11704447000168-1-000001/2025**, referente à contratação para construção de uma UBS tipo I no município de Santa Rita do Araguaia/GO. Modalidade de contratação: Concorrência Presencial. Modo de disputa: Aberto. Tipo: Edital. **Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, II.** Não há registro de preço. Data de divulgação no PNCP: 28/03/2025. Situação: Divulgada no PNCP. Data de início do recebimento de propostas: 27/03/2025 às 07:30 (horário de Brasília). Data de término do recebimento de propostas: 14/04/2025 às 09:30 (horário de Brasília). Fonte: Megasoft Informática. Unidade compradora: FMS Santa Rita do Araguaia. Acesso em 03 de abril de 2025.

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscando PNCP

Entrar

Numero	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	Contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução de obra visando Construção da UBS Tipo I no bairro Miguel Pereira Maia, Novo PAC.	1	R\$ 2.020.668,65	R\$ 2.020.668,65	
2	Contratação de empresa especializada no ramo de construção civil para a execução de obra visando Construção da UBS Tipo I no bairro Alegre I, Novo PAC.	1	R\$ 2.020.668,65	R\$ 2.020.668,65	

Exibir 5 1-2 de 2 itens

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o site eletrônico oficial destinado a divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abrangidos pelo novo diploma.
 É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

<https://portalde.servicos.gestao.gov.br>
 0800 978 9001

Pesquisar

19:34 07/04/2025

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ. Edital nº 1/2025. Concorrência presencial, conforme Lei 14.133/2021, Art.28, II. Santa Cruz/RN, 04 abr. 2025. Disponível em: <https://pncp.gov.br/app/editais/08358889000195/2025/31>. Última atualização em: 04/04/2025. Acesso em: 07 abr. 2025.

O exemplo acima mostra a construção de Unidades Básicas de Saúde – UBS TIPO I – Novo PAC, nos bairros Alegre e Miguel Pereira Maia, ambos localizados na Zona Urbana do Município de Santa Cruz/RN, por meio de propostas oriundas do programa PAC/2024, bem como da contrapartida do município. Os valores apresentados servem como parâmetro estimativo para o presente estudo técnico preliminar, uma vez que a administração pública poderá utilizar-se de meios de pesquisa de órgãos em contratações similares.

ANEXO II - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA (SINAPI/ORSE)

ANEXO III – CURVA ABC DE SERVIÇOS